

A crônica dos primeiros anos de militância de Neno Vasco em Coimbra

Thiago Lemos Silva

Graduado em História pelo UNIPAM (Centro Universitário de Patos de Minas) e Mestre em História pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia). É pesquisador do NEPHISPO (Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Política) e do NELIRA (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Historiografia e Crítica Literária).
e-mail: thiagobakunin@yahoo.com.br

Resumo: A partir de cronística de Neno Vasco, pretende-se problematizar como nosso biografado constrói a si mesmo em um momento singular de sua trajetória, qual seja, o seu retorno para Portugal, momento em que o cronista (re)visita o(s) início(s) de sua militância junto ao anarquismo lusitano na aurora do século XX. Face às mudanças sofridas no movimento operário dez anos depois, em virtude da implantação da República, Neno Vasco se (re)cria na medida em que (re)escreve sobre o seu passado, procurando (re)significar sua história de vida. Interrogar o sinuoso e complexo processo de (des/re)construção da sua subjetividade constitui o objetivo maior deste artigo.

Palavras-chave: Neno Vasco; crônicas; escrita de si.

Abstract: Considering the chronicles of Neno Vasco, I intent to question how Neno framed himself in a singular moment of his path, namely, his return to Portugal, when the chronicler (re)views the beginnings of his militance joined with the Portuguese anarchism at the dawn of the twentieth century. Given the changes undergone in the labor movement ten years later, due to the establishment of the Republic, Neno Vasco (re)creates while he (re)writes about his past, seeking to (re)define his life story. To examine the sinuous and complex process of (de/re) construction of his subjectivity is the main objective of this article.

Keywords: Neno Vasco; chronicles; writing of oneself.

Não faltam lá anarquistas [...] inteligentes, dedicados e sinceros. Não são tão pouco desunidos. Em São Paulo, por exemplo, deixei com profundíssima saudade, um ambiente cordial e amável, e senão isento de pequenas questões sem alcance – o que seria sobrehumano – ao menos desembaraçado de baixas intrigas, franco e acolhedor. Não conheço camarada que o tenha abandonado sem verdadeiro pesar [...] (VASCO, p. 2, 1911).

1. Introdução

Escrevendo estas linhas para uma crônica que seria publicada n' *A Sementeira*, Neno Vasco¹ revelou aos leitores do periódico lisboeta sua consternação ao deixar os companheiros com quem compartilhou, por uma década, a militância no Brasil. Como ele próprio diz, não era um ambiente sem conflitos, pois exigir isso seria pedir algo que os homens não podem oferecer. Mas, nem por isso deixava de constituir um ambiente “franco” e “acolhedor”, em que os anarquistas “inteligentes”, “dedicados” e “sinceros” se encontravam e se reuniam para levar a cabo, junto com os trabalhadores, a luta contra o capitalismo em *terra brasílis*.

No início de 1911, quando Neno Vasco decide deixar o Brasil e retornar para Portugal, já era um militante bastante conhecido dentro e fora dos círculos de militância anarquista e operária, já havia se casado com Mercedes Moscoso, era pai de três filhos (Ciro, Fantina e Ondina), e tinha emprego fixo como tradutor de línguas em casas comerciais de São Paulo.

Neno sentia-se, contudo, estranho a um meio que inicialmente o acolheu e depois parecia rejeitá-lo. Talvez tenha sido a forte xenofobia contra os imigrantes de origem lusitana em terras brasileiras, algo bastante forte na época, que tenha deixado o anarquista tão insulado a ponto de tornar a sua permanência neste país algo intelectual e moralmente inaceitável. Isso por um lado...

Por outro lado... Neno acreditava que o seu retorno a Portugal poderia facilitar o contato com outras figuras anarquistas do continente europeu e que, assim, poderia contribuir de forma mais dinâmica e eficaz com a ação e propaganda a nível internacional. Neno sentia que com a queda da Monarquia e com a instalação da República, não deveria adiar a sua volta e, com isso, prorrogar ainda mais um projeto que o perseguia já há um bom tempo.

Isso não significou que sua militância no Brasil tenha findado. Pois, mesmo depois de ter retornado a Portugal, Neno continuou a participar da imprensa anarquista e a interagir com o movimento operário brasileiro.

Assim como se fala, escreveu Neno Vasco, de aproximações comerciais e políticas, de missões diplomáticas e intelectuais, assim, nós devemos encarar e realizar uma união - não na forma, muitas vezes vazia, mas no que constitui a essência, a carne, o sangue, dessa aliança - a incessante troca de recursos de toda espécie. Nessa permuta de ideias, de correspondências, de publicações, de contribuições pecuniárias - e sobretudo de homens, para o conhecimento direto e pessoal dos ambientes e indivíduos - muito terão a ganhar o movimento anarquista de Portugal e o do Brasil (VASCO, 1911, p. 2).

¹ Neno Vasco, na realidade pseudônimo de Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos, nasceu em Penafiel, norte de Portugal, em 09 de maio de 1878 e faleceu em 15 de setembro de 1920 em São Romão do Coronado perto do Porto. Neno Vasco passou a utilizar esse pseudônimo somente após o seu ingresso no movimento anarquista e operário em Portugal, por volta de 1900. Antes, atendia pelo seu nome de batismo. Para evitar anacronismos os trechos em que evoco a trajetória de Neno no período que precede sua “conversão” ao anarquismo, o chamarei de Gregório. Sobre a biografia de Neno Vasco, ver: SAMIS (2009) e SILVA (2012).

Partindo de tal premissa, ele atuou como uma espécie de “diplomata” entre os companheiros situados do lado de *cá* e do lado de *lá* do Atlântico. Através de uma atividade jornalística constante e diversificada em periódicos brasileiros e portugueses, Neno Vasco colaborou para a construção de um *locus* de intensos debates envolvendo diferentes estratégias de combate ao capitalismo nos meios anarquistas e operários dos respectivos países, materializando, por assim dizer, uma união inter-nacional entre Brasil e Portugal. Dessa atividade, que compreende ensaios, poesias, peças de teatro, contos e resenhas literárias, destacam-se suas crônicas, em que ele compartilhou com seus leitores por quase dez anos sua

[...] apreciação de alguns dos fatos mais salientes da agitada vida social moderna e do período em que Portugal (e Europa) entrou (entraram) nestes últimos [...] anos, feita por um critério que não é o dos partidos políticos em luta a volta do poder, nem tampouco o dos céticos pessimistas extra-partidários, deve interessar os próprios adversários sinceros ou pelo menos os espíritos independentes e livres de sectarismos (VASCO, 1913, p. 1)².

Para perscrutar alguns fragmentos da biografia de Neno Vasco, são trazidas à tona suas crônicas que foram publicadas no livro *Da Porta da Europa*³ e na imprensa anarquista e operária do Brasil e de Portugal. Embora essa escrita fosse prioritariamente uma narrativa, utilizada para informar e debater com os leitores brasileiros e portugueses a respeito da luta cotidiana levada a cabo pelo movimento anarquista e operário em diferentes países da Europa, ela também possibilitou ao nosso biografado uma forma de escrita de si, ou seja, um tipo de escrita que toma a subjetividade:

[...] como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. Ou seja, toda essa documentação de “produção do eu autoral” é entendida como marcada pela busca de um “efeito de verdade” [...], que se exprime pela primeira pessoa do singular [...] do indivíduo que assume sua autoria. Um tipo de texto em que a narrativa se faz [...] de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua verdade, sua legitimidade como “prova”. Assim, a autenticidade da escrita de si torna-se inseparável de sua sinceridade (GOMES, 2004, p. 14-15).

² Embora esta citação remeta ao posicionamento do autor em relação às suas crônicas publicadas até 1913, acredito que este posicionamento era extensivo às suas crônicas publicadas até 1920, data do seu falecimento.

³ As crônicas publicadas no livro *Da Porta da Europa* em 1913 recobrem o período que vai de 1911 a 1912. Trata-se de uma seleção que se concentrou nos principais órgãos da imprensa anarquista e operária do Brasil e de Portugal, pelos quais circulou boa parte da produção literária de Neno Vasco no período posterior a sua travessia para o outro lado do Atlântico. O roteiro inicial do livro começa com o jornal *A Lanterna* (1911-1916), de São Paulo. Do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, temos as crônicas publicadas respectivamente nos jornais *A Guerra Social* (1911-1912) e *O Diário* (1909-1912). As crônicas publicadas nas revistas *A Aurora* (1910-1920), do Porto, e *A Sementeira* (1908-1913) de Lisboa fecham esse roteiro.

Isso permitiu, por sua vez, a este biógrafo encontrar uma chave para abrir não apenas a porta da história do movimento anarquista e operário no continente europeu, mas também, e sobretudo, a porta da sua história de vida. A partir de sua escrita cronística, pretende-se problematizar como Neno constrói a si (prática de subjetivação) em um momento singular de sua trajetória, qual seja, o seu retorno para Portugal, momento em que o cronista (re)visita o(s) início(s) de sua militância junto ao anarquismo lusitano na aurora do século XX. Face às mudanças sofridas no movimento operário dez anos depois, em virtude da implantação da República, Neno Vasco se (re)cria na medida em que (re)escreve sobre o seu passado, procurando (re)significar sua história de vida. Interrogar o sinuoso e complexo processo de (des/re) construção da sua subjetividade constitui o objetivo maior deste artigo.

2. O retorno para Portugal: uma nova porta se abre na Europa para Neno Vasco

Assim que concluiu a travessia do Atlântico a bordo do vapor holandês Frísia, em 04 de maio de 1911, a família Moscoso e Vasconcelos se fixou em Lisboa. Uma vez em terra firme, Neno Vasco procurou, logo que possível, restabelecer contato com Hilário Marques, diretor da revista *A Sementeira*⁴. Embora, ao que parece, Neno e Marques não se conhecessem pessoalmente, a troca epistolar entre ambos, que remete ao período em que nosso biografado ainda residia no Brasil, parece ter gerado um grande vínculo de afinidade entre os dois. Foi graças a este contato com Marques, escrupulosamente mantido por quase dez anos, que ele conseguiria granjear algum espaço nas folhas anarquistas e operárias da imprensa portuguesa. Agora, entretanto, ele iria obter uma visibilidade muito maior (SAMIS, 2009, p. 209).

Sem alterar, demasiadamente, a fisionomia ideológica d' *A Sementeira*, ele não encontrou muitas dificuldades para poder se alinhar ao perfil editorial deste periódico mensal, que, naquela conjuntura, já caminhava a passos largos rumo ao movimento sindical. Neno Vasco via nesta revista, assim como viu na revista *Aurora*⁵ que dirigiu no Brasil, o caminho mais adequado para a divulgação e difusão do anarquismo junto às classes trabalhadoras:

[...] Insistindo neste itinerário, o trabalho executado vinha ao encontro de uma obstinada busca empreendida por ele, a partir da qual a propaganda ideológica (nos sindicatos) associada a uma arguta análise das mudanças [...], unidos todos estes elementos, tornariam possíveis o lançamento das bases para a organização de um movimento

⁴ Sobre *A Sementeira*, ver: FREIRE (1981).

⁵ Revista que Neno Vasco dirigiu em São Paulo durante o ano de 1905. Não confundir com a revista *Aurora* do Porto que circulou entre os anos de 1910 1920, em que ele também atuou como colaborador.

anarquista forte e com chances de duradouro protagonismo social (SAMIS, 2009, p. 258)⁶.

A partir das longas e proveitosas conversas tecidas tardes adentro na taverna conhecida pelo vulgo de “Feijão Encarnado”, ponto de encontro dos colaboradores d’ *A Sementeira*, Neno ia se inteirando dos principais fatos ocorridos em sua terra natal durante os quase 10 anos em que esteve ausente. As notícias, antes recebidas apenas por cartas, ganhavam carne e vida a partir dos relatos orais feitos pelos novos companheiros sobre a ebulição gerada na população portuguesa pela implantação do regime republicano em 05 de outubro do ano anterior⁷. Aos poucos o “atordoamento” gerado pela longa viagem passava e Neno não se sentia mais em “país estrangeiro” (VASCO, 1913, p. 17). Possivelmente, estas conversas se converteram num estímulo para que Neno escrevesse, em 15 de maio de 1911, uma crônica que visava estabelecer um debate com seus leitores acerca do processo que levou portugueses a colocarem um fim no regime dinástico que imperou no país por quase oito séculos:

[...] o que já pude ver e ouvir não veio senão confirmar a opinião que daí eu trouxe formada quanto a estabilidade da República: que a República tem larga vida e que o século das restaurações monárquicas já passou. A monarquia já não encontraria elementos de vida nem no ambiente interior do país, nem na atmosfera política e social da Europa e do mundo (idem).

Em sua análise, realizada após o desembarque imediato em Portugal, sobre correlação de forças políticas entre as classes sociais presentes no processo que possibilitou a construção da República, o cronista argumentava que não existia nenhum outro país no continente europeu em condições mais adequadas para o estabelecimento do novo regime.

⁶ Apesar do seu engajamento com a estratégia sindicalista revolucionária, é necessário sublinhar que Neno nunca depositou qualquer confiança nas “virtudes intrínsecas” do sindicalismo, e, muito menos, subscrevia o seu corolário: “o sindicalismo se basta a si mesmo”, como o faziam os anarquistas sindicalistas. Partindo da premissa de que a organização operária pode ser tanto instrumento de conservação burguesa como de revolução social, ele temia que o “espírito corporativista” pudesse se sobrepor ao “espírito revolucionário”, fazendo com que a “luta de categoria” sufocasse a “luta de classe”. A exemplo dos anarco-comunistas, ele julgava essencial a existência de uma organização especificamente anarquista, que deveria atuar dentro e fora dos sindicatos com o objetivo de evitar que isso ocorresse; sem, entretanto, se deixar levar pela tentação de impor ali o anarquismo como uma espécie de doutrina oficial. Ver: VASCO (1914).

⁷ A implantação da República em Portugal foi resultado de um golpe de Estado realizado pelo Partido Republicano com o apoio de outras forças políticas, em 5 de outubro de 1910, que depôs a Monarquia. Para isso, colaborou a insatisfação da população frente à subjugação de Portugal aos interesses britânicos, o poder da Igreja, os gastos da família real, a instabilidade da economia e, sobretudo, a constatação de que Portugal se encontrava em atraso em relação aos outros países europeus. Ver: CATROGA (2010).

A classe aristocrática já havia perdido qualquer capacidade de esboçar alguma resistência. Em virtude, principalmente, do desgaste que a Monarquia Constitucional⁸ vinha sofrendo nos últimos anos, diante da incapacidade de aceitar as reformas reivindicadas pela população, esta classe possuía pouca ou até mesmo nenhuma representatividade junto à sociedade, tendo a Monarquia caído mais pela “frieza dos seus defensores” do que pelo “ímpeto dos seus atacantes” (VASCO, 1913, p. 21). Nem mesmo as tentativas de contra-revolução levadas a cabo pelo ex-capitão Paiva Couceiro mereceriam qualquer atenção. Este, apesar de demonstrar alguma “valentia nos combates”, era “nulo em política”. Couceiro representava em sua opinião “um mal averiguado fenómeno de psicologia política”, presente em quase todos os períodos de transição de regimes monárquicos para regimes republicanos, onde se evidencia uma espécie de “contraste entre o personagem e a época”, em que o “sublime” de ontem transformaria-se no “grotesco” de hoje. Assim, as tentativas de Couceiro, longe de lhe inspirarem qualquer “cólera irreprimível”, suscitariam antes “sorrisos de piedade” (Idem, p. 20).

Segundo Neno, em todos os países onde imperava o capitalismo, a burguesia já havia demonstrado suas predileções pela República em detrimento da Monarquia, e se ela ainda não o tinha feito, era precisamente:

[...] porque teme que a vitória lhe seja arrancada das mãos pela parte avançada do proletariado industrial. E porque pelo menos receia que, tendo de apelar pouco ou muito para o povo, por mais cuidadosa e disciplinada que seja a revolução, esta ultrapasse os limites de antemão marcados, e surja ameaçadora e firmemente plantada a questão social [...] Onde, porém, a burguesia pode passar incólume o cabo tormentoso da transformação política, que limpou duma vez a máquina do Estado das sobrevivências anacrônicas, entregando-a de todo aos políticos da sua classe, onde ela pode tentar tranquilamente a aventura, graças a inexistência dum proletariado organizado de tendências socialistas, então toda ela adere gostosamente ao regime novo, abandonando as místicas saudades do passado aos palacianos e aos clericais (idem, p. 226-227).

Embora dividida em várias frações, a burguesia teria sido a classe que mais ajudou e foi ajudada com o novo regime. Por causa do pouco desenvolvimento industrial em Portugal, a alta burguesia lhe parecia “mais ou menos indiferente as novas formas de governo” e os “seus interesses pareciam marchar de acordo com a opinião geral” (Idem, p.18). A pequena burguesia, já em processo de proletarização, não parecia proceder de modo diferente. Já para a burguesia média, a situação era outra. Para o cronista, a República “era obra dela e para ela”, uma vez que as reformas concretizadas pelo novo regime teriam correspondido, na sua quase totalidade, aos seus interesses enquanto classe social, seja pela sua “importância numérica”, seja pela sua “independência material” (idem, p. 19).

⁸ A Monarquia Constitucional foi instaurada em Portugal em 1820 com a revolução liberal, conhecida como “vintismo”. A partir de então, o regime de representação das cortes dividido nas três ordens do reino (clero, nobreza e povo) foi substituído por uma assembleia parlamentar. Ver: SARDICA (2003).

Uma vez que a questão social não estava ainda “firmemente plantada em Portugal”, a classe operária, se deixando “embalar pelas promessas democráticas”, não conseguia separar seus interesses dos da burguesia, e, por esse motivo, apoiava desde a virada do século XIX para o século XX a luta dos republicanos. De acordo com ele,

[...] as promessas que os republicanos tinham sido forçados a fazer ao povo, a ingênua ilusão popular de maior liberdade, a declaração solene do direito a greve, tudo isso, é certo, contribuiu para o recrudescimento dos sindicatos (VASCO, 1913, p. 236-237).

Estas promessas, juntamente com a experiência política que as classes trabalhadoras haviam acumulado durante a luta contra a Monarquia, provocaram, entretanto, um extraordinário (re)nascimento do movimento sindical e uma geral intensificação dos conflitos entre capital e de trabalho após a proclamação da República. Depois de décadas de apoio aos republicanos, os trabalhadores começavam a lutar pelos seus próprios interesses. Esse era o sinal de que algo havia sacudido a modorra e despertado a consciência de classe daqueles trabalhadores, que, se existente, parecia estar adormecida.

Renascimento do movimento sindical certamente: mas, de qual sindicato tratar-se-ia? Primeiramente, é necessário reter que não se está falando de qualquer sindicato, mas sim do sindicato tal como é concebido pelo sindicalismo revolucionário⁹, estratégia de luta cujo enraizamento no movimento operário português, sem sombra de dúvidas, antecede a implantação da República (FREIRE, 1984, p. 20), mas, cujo processo de irradiação, coincidentemente, se dá com o estabelecimento do novo regime político em terras lusitanas. Durante esse processo de (re)nascimento do movimento sindical, os anarquistas desempenharam um papel não negligenciável, tomando à frente das organizações de resistência e ultrapassando rapidamente os socialistas, que até hegemonizavam o movimento operário, mas, que seriam progressivamente isolados e marginalizados pela dinâmica do movimento sindical (doravante chamado de) revolucionário. Os socialistas permaneciam ativos apenas nas poucas organizações mútuas existentes, que se encontravam mais sintonizadas com a sua estratégia reformista, que começava a enveredar pelo parlamentarismo.

Enquanto anarquista engajado com o sindicalismo revolucionário, que prega, portanto, a ação direta do trabalhador fora do e contra o Estado, o que Neno esperava da recém-formada República? O que Neno esperava do novo regime não era que este resolvesse a questão social. Segundo ele, a questão social nunca poderia ser resolvida na sociedade capitalista, independentemente do regime político que esta viesse a assumir. Em sua opinião,

⁹ Estratégia de luta forjada pela Confederação Geral do Trabalho francesa e que serviu de inspiração para o movimento operário do Brasil e de outras partes do mundo. Ver: JULLIARD, Jacques. *Aunonomie ouvrière: études sur le syndicalisme d'action directe*. Paris: Gallimard Le Seuil, 1988.

[...] nenhuma reforma que respeite o vigente regime de propriedade, que deixe subsistir o salariato e a divisão da sociedade em classes econômicas, poderá ser a solução do problema social, nem a classe que detém o poder econômico e político se despojará a si própria ou se deixará facilmente expropriar dos seus privilégios, certos e seguros, por mais que lhe falem de socialização dos meios de produzir e de reorganização da sociedade para maior proveito de todos (VASCO, 1913, p. 235).

Mesmo que os republicanos se ocupassem dela, argumentava o cronista, eles não o faziam senão com o objetivo de engrandecer reformas superficiais, cuja finalidade era regulamentar e circunscrever direitos que eram duramente conquistados pela ação direta dos trabalhadores. Na realidade, o que Neno esperava da República era que respeitasse os direitos democráticos básicos, essenciais ao movimento operário, tais como:

[...] a liberdade de reunião, de palavra e de associação (liberdade aliás, bem mesquinha, pela privação dos meios econômicos), o direito a greve não sofismado por intimidantes medidas militares, pela pena de morte aplicada em plena praça sem julgamento pelas violências desorganizadoras sob o pretexto de manter a ordem (idem, p. 236).

Dito de outro modo: Neno Vasco esperava da República o que “ela era [...] e não o que ela não poderia ser” (idem). Mas, em que medida a República foi o que ela deveria ser segundo o anarquista, quer dizer, em que medida ela respeitou as liberdades democráticas? Assim que as primeiras greves gerais começaram a pulular em Portugal, os republicanos assumiram uma posição oposta no que se refere aos trabalhadores.

Mas eis logo os nossos republicanos aflitos, de mãos na cabeça, ei-los a fabricar um regulamento draconiano que, se fosse aplicado, tornaria sempre fatal a derrota dos grevistas, ei-los a empregar todos os meios de coação e intimidação em todos os movimentos importantes (idem, p. 236).

Esse regulamento draconiano ao qual Neno faz alusão é o decreto que regulamenta o direito à greve. Uma vez instaurado, o novo regime regulamentou o direito à greve¹⁰, porém, ergueu uma série de obstáculos que visou circunscrever e controlar o raio de ação dos grevistas. O “decreto burla”, como rapidamente passou a ser conhecido na imprensa anarquista e operária, exigia que os trabalhadores avisassem com pelo menos uma semana de antecedência suas intenções de paralisar o trabalho. Conforme explicitou Neno no trecho que destacamos acima, o decreto não diferia e alterava em quase nada o direito dos trabalhadores à greve. Por um lado, se o decreto fosse obedecido, ele bastaria, por si só, para derrotar os grevistas. Por outro, se fosse desobedecido,

¹⁰ Durante a vigência do regime monárquico em Portugal, o direito à greve não era legalmente reconhecido. Ver: PULIDO (1972).

o governo intervinha violentamente com o pretexto de defender a lei, beneficiando, desse modo, diretamente os patrões.

Representante dos interesses da classe média, para a República, as classes médias são todo o povo, e os interesses delas são os interesses de todos. A sua república é coisa sacrossanta, e de tal modo representa a liberdade e salvação de todos, para que perturbar levemente o sossego dos que a dirigem e as digeram é cair no mais hediondo crime. Que mais querem? Nós fizemos a República, instrumento de reformas; nós satisfazemos as modernas aspirações da democracia; nós renovamos boa parte do pessoal burocrático e colocamos bom número correligionário de amigos; criamos lugares novos [...] o que mais querem? (VASCO, 1913, p. 32-33).

Segundo Neno, a justificativa do governo era a de que Portugal estava passando por um momento em que todos deveriam se sacrificar a fim de que a República tivesse o tempo necessário para se consolidar enquanto instituição. Embora nem “todos estivessem servidos”, ninguém “teria o direito de se servir por suas próprias mãos”, pois a impaciência era tomada enquanto indícios de “traição monárquica” (idem, p. 33). A necessidade que Neno tinha de enfatizar isso não era fortuita. A ideia de que sindicalistas e monarquistas haviam se aliado para (re)construir a Monarquia em Portugal havia se tornado um fato, ou melhor, um fantasma que perseguiu os republicanos durante muito tempo, constituindo, desse modo, a pedra de toque a partir da qual se edificou a política de repressão do novo regime.

Nesse sentido, o cronista estabelece o seguinte debate com seu leitor: poderia haver alguma ligação entre estes dois segmentos, tão distintos um do outro? Em sua opinião, nenhuma. Mas, entre os monarquistas e os próprios republicanos talvez, já que muitos deles teriam vindo da própria Monarquia, “sem grande esforço e nem profunda mudança”. Isso o leva a conclusão, “a primeira vista paradoxal”, de que os sindicalistas “seriam mais republicanos do que os próprios republicanos oficiais e oficiosos” (idem, p. 143), por lutarem pelo respeito aos direitos que eles diziam ter concedido, porém os desrespeitavam flagrantemente. Para reforço da hipótese de que não havia qualquer ligação entre sindicalistas e monarquistas, ele argumentava não almejar

[...] o regresso dum tempo de equívocos, quando para fundar a república, o proletariado se esquecia da organização e da luta de classes, ao passo que hoje, desembaraçado o terreno daquela questão política, a experiência em República há de fazer a obra sua (idem, p. 19).

Ao estabelecer esse diálogo sobre os (des)caminhos do movimento operário em português, nosso biografado inscreveu a si próprio em seu texto, mostrando como os elementos de natureza propriamente pessoais (os seus juízos de valor) acabam por imprimir e modelar o modo como ele apresenta o passado (não tão recente) sobre a aliança dos trabalhadores com a burguesia para seu leitor. É necessário salientar que a escrita cronística assume a forma da escrita de si em Neno Vasco não por se pretender um

registro do “eu autoral”, como seria no caso de uma possível autobiografia segundo a clássica definição de Philippe Lejeune: “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14). Mas, por causa do caráter autorreferencial da sua crônica, uma vez que a inscrição desse eu autoral serve para estabelecer um diálogo com o leitor, ela se transforma em uma chave que permite adentrar a porta da sua história de vida, na medida em que traz à tona sua visão pessoal sobre os acontecimentos que enuncia diariamente através do jornal.

Este tempo “equivoco” a que Neno Vasco faz alusão ao mencionar o apoio dado pelos trabalhadores aos republicanos na sua luta contra a Monarquia remete ao início do seu engajamento com o anarquismo em Coimbra. Voltemos, portanto, no tempo e o analisemos.

3. O(s) início(s) da militância em Coimbra: como Gregório tornou-se Neno

Simultaneamente às greves operárias que ocorreram no ano de 1911, vários eventos sacudiram a Universidade de Coimbra naquela parte *Da Porta da Europa* em prol de reformas de seus estatutos. Enquanto arguto comentador dos fatos diários, Neno Vasco não deixou que o assunto em pauta passasse despercebido, devotando-lhe, desse modo, uma crônica no dia 1º de outubro do ano corrente, na qual ele passou em revista vários tópicos das proposições dos manifestantes, detendo-se com especial atenção em um deles: a facilitação pecuniária dos cursos, que visava auxiliar o ingresso dos alunos pertencentes às classes sociais menos favorecidas no ensino de nível superior.

Baseados no decreto de 22 de março de 1911, os estudantes reclamavam que era dever do Estado assegurar a todos os cidadãos, sem distinção de classe, o acesso à universidade, materializando, por assim dizer, a fórmula de estado integral de Pasteur, que parte do princípio de que todos os indivíduos devem ter o direito de se desenvolver em sua plenitude.

Com a sua habitual ironia, Neno argumentou que a noção pasteuriana de democracia evocada pelos estudantes demonstrava com meridiana clareza a esperança da população portuguesa no regime republicano, que havia sido “maliciosa” e “habilmente” explorada durante a vigência da Monarquia. Essas reivindicações pelas quais se batiam os estudantes eram, segundo ele, puramente ilusórias, isso na medida em que negligenciavam um fato de fundamental importância: Portugal era um país pobre, pouco avançado industrialmente e com poucas oportunidades de trabalho.

[...] Nós vivemos num país pobre, sem indústrias e sem trabalho, onde por isso mesmo as classes dirigentes não tem feito um esforço sério para debelar o mal do analfabetismo. A falta de instrução é uma causa de atraso industrial, mas, é mais causa do que efeito. Onde quer que, por circunstâncias favoráveis, se haja introduzida uma industria própria, o analfabetismo tende a desaparecer, porque a produção moderna favorece, e até certo ponto determina e exige, o desenvolvimento da instrução e da educação técnica

ca, ao mesmo tempo que o proporciona aos mais habilitados situações relativamente compensadoras. Comparem-se com outros países industriais, e dentro de cada país, embora rotineiro (Espanha, Itália, etc...) as regiões industrializadas com as que não são (VASCO, 1913, p. 71-72).

Em virtude das condições acima traçadas, ele compartilha com seu leitor um cáustico diagnóstico sobre a Universidade de Coimbra: “[...] Num país sem indústrias, ou quase, a instrução secundária e superior é um manancial exclusivo de burocratas, politicantes, intelectuais desonestos, que se corrompem e tudo contaminam” (Idem, p.68).

O fato de nosso biografado inscrever seu “eu autoral” no texto não significa, entretanto, que a porta da sua história de vida esteja “escancarada”, como se, por detrás dela, existisse um “eu empírico” pleno de sentido, pronto para ser desvelado por este biógrafo. Haja vista que ao escrever esta crônica, se esquece de mencionar ao leitor que ele próprio fora um ex-aluno da instituição coimbrã. Para elucidar o modo como maneja essa chave, fazem-se necessárias algumas ponderações sobre as relações entre autor e texto sob a ótica da escrita de si. Segundo Ângela de Castro Gomes, durante muito tempo esse debate girou em torno de duas concepções que podem ser, ainda que de modo elementar e esquemático, entendidas como:

De um lado, haveria a postulação de que o texto é uma “representação” do seu autor, que o teria construído como forma de materializar uma identidade que quer consolidar; de outro, o entendimento de que o autor é uma invenção do próprio texto, sendo sua sinceridade/subjetividade um produto da narrativa que elabora (GOMES, 2004, p. 15-16).

Em tempos mais recentes, vem ganhando espaço nesse debate uma nova concepção, que parte da consideração de que o autor não é nem anterior ao texto, “uma essência refletida por um objeto de sua vontade”, nem posterior ao texto, “uma invenção do discurso”. Defende-se que autor e texto se instituem concomitantemente “através dessa modalidade de produção do eu” (idem, p. 16). Essa *démarche* teórico-metodológica, se levada a sério, nos obriga a colocar em evidência o registro ambivalente desse eu que se produz (e é produzido) nas (e pelas) crônicas de Vasco Neno, revelando seu duplo caráter: o referencial e o ficcional, por meio da qual o autor não apenas inscreve sua trajetória no texto, mas, igualmente, procura significá-la, a fim de ter um maior controle sobre sua própria história de vida. Daí, talvez, a necessidade do nosso biografado em omitir sua origem social, temendo que o leitor que o acompanhava pudesse tirar uma conclusão análoga à sua, ou seja, pelo fato da Universidade de Coimbra abrigar os alunos oriundos da burguesia, a referida instituição acadêmica poderia criar apenas defensores do status quo em Portugal.

Conquanto a Universidade de Coimbra fosse um reduto da burguesia, que abrigava os estudantes mais bem aquinhoados da sociedade lusitana, será que esta foi apenas um “manancial” que produzia “burocratas”, “politicantes”, “intelectuais desocupados” que “corrompiam” tudo que estava a sua volta? Se levarmos em consideração a própria trajetória do nosso biografado, nos encontraremos em face de uma res-

posta paradoxal, pois é fato que, caso Gregório/Neno¹¹ não tivesse vindo de uma família com alguma expressividade financeira, ele teria pouca ou nenhuma condição de ingressar na universidade coimbrã. No entanto, já tendo ingressado no curso de direito, a realidade opressiva existente no interior da referida instituição acadêmica o levará a refletir sobre as estruturas sociais que a geraram, momento em que se dá seu envolvimento com o anarquismo. Vejamos de modo mais detalhado essa questão.

Seu pai, o senhor Vitorino Queiroz e Vasconcelos, e sua mãe, Margarida Rodrigues Moreira, eram membros da burguesia local de Penafiel, cidade rural situada no norte de Portugal, que se destacaram no ramo da produção e comercialização de vinho para a exportação, item de grande importância para a economia daquela região a partir de 1870. Após a morte da mãe de Gregório, seu pai, já com uma segunda esposa, decide emigrar para o Brasil. Ao que parece, a crise na produção de vinho, que não parecia mais ir ao encontro minimamente de suas expectativas, somada ao exemplo vitorioso do seu compadre¹², o Barão de Calvário, português que fez fortuna no outro lado do Atlântico, desempenharam um papel não negligenciável na sua decisão (SAMIS, 2009, p. 29).

Por volta de 1887, os Moreira e Vasconcelos partiam, portanto, para a antiga colônia portuguesa para tentar a sorte. Entretanto, Gregório permaneceria em terras brasileiras apenas por cerca de dois anos, pois seu pai, desejoso de que o primogênito tivesse uma educação mais condizente com o seu status social, o enviou novamente para Portugal a fim de que pudesse concluir os seus estudos ginasiais e, posteriormente, ingressar no curso de direito na Universidade de Coimbra.

Para ver satisfeitas as vontades do pai, Gregório retornou cerca de dois anos depois para sua terra natal. Inicialmente se fixou em Amarante, onde, sob a supervisão da avó paterna, Bernardina Júlia, iria cursar o Liceu. Foi durante a sua estadia no Liceu que Gregório conheceu aquele que seria, por quase toda sua vida, um dos seus amigos mais íntimos: Teixeira Pascoaes. Para além de compartilharem o mesmo espaço físico das salas de aula no Liceu amarantino, ambos nutriam uma profunda paixão pela poesia, notadamente a de João de Deus e de Guerra Junqueiro (SAMIS, 2009, p. 70).

Em 1896, um ano após concluir o Liceu, Gregório, assim como outros filhos da burguesia lusitana em ascensão, entraria na Universidade de Coimbra para cursar direito. A Universidade de Coimbra, em que pese as várias e diferentes reformas realizadas no ensino superior para “modernizá-lo” e “atualizá-lo” em relação aos demais países europeus, ainda demonstrava possuir fortes traços da herança educacional deixada pelos métodos pedagógicos jesuíticos. Anos depois, (o já) Neno Vasco faria alusão em uma de suas crônicas aos efeitos perversos e insidiosos dessa cartilha educacional no curso de direito:

Entregue um dia aos jesuítas, ali deixaram a marca indelével do dogma, mataram a originalidade e o espírito de iniciativa. Sobretudo a faculdade de direito tem exercido uma ação atrofiante sobre a mentalidade portuguesa, perdeu todo o seu crédito e todo o seu prestígio. [...]. A Universidade, especialmente a faculdade de Direito, vive em Coimbra

¹¹ Ver nota nº 1.

¹² Logo, padrinho de Gregório/Neno.

num insulamento egoísta e ignaro, refratária ao moderno espírito, incapaz de acompanhar os progressos científicos dos últimos tempos, teatro de contínuas e ásperas lutas entre as gerações novas e os atavismos medievais (VASCO, 1913, p. 68).

Desse modo, o material didático utilizado não parecia favorecer e, muito menos, estimular o que nosso biografado parecia possuir de melhor. Muito pelo contrário, o seu caráter, muitas vezes, dogmático e absoluto, parecia lhe entediar e, com isso, lhe subtrair toda iniciativa de mostrar qualquer indício de originalidade, uma de suas características mais marcantes. Disso testemunha o seu boletim escolar, onde Gregório não passaria do “nemine discrepante” (idem, p. 74).

Se, de um lado, essa esterilidade pedagógica acabava gerando resultados que estavam longe de evidenciar a criatividade de Gregório, de outro, ela acabou se convertendo em um estímulo para que ele procurasse outras fontes de interesse. Foi assim que nosso biografado começou a perceber que para combater tal prática seria necessário formular uma crítica de maior amplitude, que integrasse, mas, ao mesmo tempo, transcendesse a niversidade, colocando em questão as próprias estruturas sociais que a geraram. Destarte, a realidade ia gradualmente operando o processo de transformação da sua subjetividade.

De uma visão acentuadamente compassiva e estética da sociedade, na qual a poesia parecia ser um unguento suficiente para curar os males, ele alterava suas concepções para uma condição dificilmente cabível exclusivamente na esfera do lirismo. Aparentemente, um universo mais ideológico vinha substituir a simples esperança de mudança, pela vontade de transformar. E isso não se fazia em alienação dos ritmos poéticos ou abdicando de preferências literárias, mas, antes disso, as colocava ao serviço de uma causa mais ambiciosa (idem, p. 79).

Ainda estudante de Direito, o jovem egresso da “rural” Penafiel começará a respirar “ares mais liberais”, ainda que com ecos um pouco longínquos, ao entrar em contato com a “urbana” Coimbra, onde os anarquistas começavam a se engajar na luta contra a Monarquia. Através do diário republicano *O Mundo*¹², os anarquistas coim-

¹² O fato de Gregório, ou melhor, Neno ter debutado na imprensa neste periódico não constitui, portanto, mera casualidade. Em 10 de março de 1900, *O Mundo* publicava uma crônica de sua autoria, em que (o há pouco) Neno Vasco comentava o repercutido crime praticado por Joaquina Rosa. Aguilhada pela miséria, Joaquina Rosa havia tentado assassinar os seus filhos, e, em decorrência disso, foi julgada e condenada pelo tribunal. Na ocasião, nosso biografado sustentou uma viva polêmica com o médico Máximo Brou, o qual havia saído peremptoriamente no ataque de Joaquina, argumentando que a maternidade possuía um valor absoluto e que, portanto, a mãe que o praticou era uma degenerada. Assumindo uma posição diametralmente oposta a de Brou, Neno Vasco leva em conta tanto a questão social, uma vez que a miséria teria constituído um fator não negligenciável para que ela tivesse assassinado seus próprios filhos, quanto a questão de gênero, uma vez que maternidade obrigatória retirava da mulher a autonomia de escolher se quer ou não ter filhos. Um lar “vazio de pão” e “cheio de filhos”

brãos e de outras partes do território lusitano demonstravam seu apoio à República. Nessa época, ele se aproximou, por volta de 1900, de um grupo cujos esforços se concentravam na crítica do regime monárquico. Esses anarquistas, que ficariam conhecidos pelo epíteto de “intervencionistas”, entendiam que a República era um regime mais “avançado” do que a Monarquia, e, por esse motivo, deveriam se aliar a republicanos, socialistas e outros setores radicais com o objetivo de destruí-la. Ao discutir esse episódio cerca de dez anos depois, avalia a tática por ele utilizada anteriormente como “equivocada” na medida em que fazia com que o movimento operário se esquecesse dos seus próprios interesses.

No momento em que Neno Vasco se engajou com o anarquismo intervencionista, ele não acreditava que a luta contra a Monarquia em favor da República seria equivocada, pois, naquela circunstância, acreditava que a partilha dos mesmos espaços com outras forças políticas poderia ser proveitosa na luta dos trabalhadores pelos seus direitos mais básicos, todos eles inexistentes durante a vigência do regime dinástico, que poderiam ser conquistados após a instauração do regime republicano. Seria tentador se deixar levar pela narrativa do nosso biografado por acreditarmos que nela reside “sua verdade”, o que redundaria, como já advertiu Pierre Bourdieu, na “ilusão de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto [...]” (BOURDIEU, 2001, p. 184), capaz de neutralizar as ambiguidades e tensões que o constituíram enquanto tal.

Na realidade, ele passou a entender essa tática como equivocada somente após sua experiência em *terra brasilis*, quando ocorreu seu engajamento com o sindicalismo revolucionário, de onde reteve a ideia segundo a qual os trabalhadores deveriam se organizar em sindicatos para lutar diretamente contra as mazelas impostas pela sociedade capitalista, se afastando, portanto, da ideia de que o Estado pudesse ser, ainda que taticamente, utilizado para intervir na questão social, o que acabava levando a um certo colaboracionismo interclassista.

Aqui é perceptível a tentativa de Neno em forjar uma autoimagem. No entanto, essa tentativa não é fruto de uma má fé por parte do autor, em que ele suspostamente almeja enganar o leitor. Trata-se, na realidade, de uma procura em colocar alguma ordem em meio ao caos que constitui a vida por meio da narrativa, conforme explicita Philippe Artières se valendo do conceito de arquivamento do eu.

O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros tem de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo (ARTIÈRES, 1998, p. 31).

constituíam para nosso biografado, diferentemente de seu interlocutor, fatores não desprezíveis caso quisesse-se elucidar o caso Joaquina.

Esse entendimento, entretanto, não nos leva a acreditar que o autor seja anterior ao texto, “uma essência refletida por um objeto de sua vontade”, mas nem, igualmente, posterior ao texto, “uma invenção do discurso”. Entendemos, junto com Beatriz Sarlo, que o autor se (re)cria na medida em que (re)escreve sobre suas experiências individuais e coletivas. Nesse processo de (des/re)construção da sua subjetividade, Neno Vasco foi:

[...] hábil para manter o que é e mudar, para recuperar o passado e adequá-lo ao presente, para aceitar o estrangeiro como uma máscara que, no próprio momento em que é aceita, é deformada, transformada ou parodiada para sustentar as contradições libertando-se, ao mesmo tempo, do binarismo simples (SARLO, 2007, p. 40).

Não foi somente sua experiência no Brasil que o levou a (re)avaliar essa tática. A seu ver, da República Portuguesa nada se deveria esperar, não somente porque acreditava que ela seria incapaz de resolver a questão social, mas porque o que haveria de mais positivo em um regime burguês hipoteticamente democrático, que é o respeito às liberdades básicas, a República Portuguesa parecia ser incapaz de oferecer. Mas, se Neno não esperava que a República resolvesse a questão social, e nem que ela respeitasse as liberdades básicas, haveria ainda algo que se poderia esperar dela? A única coisa que ele acreditava poder esperar da República era a desilusão dos trabalhadores; fato que parece ter ressoado vivamente entre eles, ao fim e ao cabo das grandes greves ocorridas durante o ano de 1911.

Os trabalhadores fartaram-se de confiar em panacéias legislativas e em promessas de patrões e políticos. Sofreram as mais cruéis desilusões. Viram o ruir das utopias democráticas de governo. Verificaram o vazio e a ineficácia das reformas legais. E por isso vão à guerra. Vão à guerra e recebem golpes naturalmente. Mas, também os vibram. Mostram ao mundo desatento, com uma sacudida brutal, a força da sua união, a importância do seu papel social e a justiça da sua causa. Tomam eles próprios consciência do seu valor e do seu poder (VASCO, p. 152, 1913).

Conforme o diagnóstico do cronista, para além de erradicar toda e qualquer ilusão quanto à República, o conteúdo classista definitivamente assumido pelo novo governo reforçou e fez avançar a ideia, cara ao sindicalismo revolucionário, de que os trabalhadores não poderiam contar senão com a sua própria ação, direta e autônoma. Em decorrência de tal constatação, é que Neno Vasco irá ingressar e se estabelecer de vez no movimento operário português, encontrando na estratégia sindical de ação direta um móbil para operacionalizar as mudanças sociais que ele e outros anarquistas pretendiam efetivar.

4. Considerações Finais

Ao adentrar a porta da história de vida do nosso biografado nesse momento singular, percebemos que sua trajetória não se inseriu dentro de um registro linear,

mas se revestiu de ambigüidades, que não poderiam ser captadas, caso nos fixássemos unicamente na suposta coerência que a simples associação ao seu nome parece oferecer (BOURDIEU, pp. 189-190, 2001). Logo, não seria possível deixar de destacar a tensão que atravessa sua subjetividade, o que o levou a se transformar permanentemente, abandonando-se e renovando-se.

Trata-se evidentemente de um mesmo indivíduo, porém, se levarmos em conta as várias e diferentes experiências por ele vivenciadas, iremos perceber sensíveis diferenças entre o Neno Vasco que se filia ao anarquismo intervencionista em Portugal nos idos de 1900, quando ainda era estudante de direito na Universidade de Coimbra, e o Neno Vasco que, depois de uma década de engajamento com o sindicalismo revolucionário no Brasil, retorna para Portugal em 1911. Nesse processo de (des/re)construção da sua subjetividade, ele foi hábil para manter o que era e mudar. Dito de outro modo, para manter sua coerência, Neno/Vasco teve, paradoxalmente, que ser incoerente.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 21, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica, in: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2001, p. 183-184.

CATROGA, Fernando *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro*. Lisboa: Casa das Letras, 2010.

FREIRE, João. A Sementeira do arsenalista Hilário Marques. *Análise Social*, Lisboa, nº 67/68, 1981.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo, in: _____. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

JULLIARD, Jacques. *Aunonomie ouvrière: études sur le syndicalisme d'action directe*. Paris : Gallimard Le Seuil, 1988.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

PULIDO, Vasco. A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910-Agosto de 1911). *Análise Social*. Lisboa, nº 34, 1972

SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, anarquismo e sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Thiago Lemos. *Fragmentos biográficos de um anarquista na Porta da Europa: a escrita cronística como escrita de si em Neno Vasco*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

VASCO, Neno. O movimento anarquista no Brasil. *A Sementeira*, Lisboa, maio de 1911.

_____. *Da Porta da Europa*. Lisboa: Biblioteca Libertas, 1913.

_____. Anarquismo ou sindicato. *Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 01/05/1914.